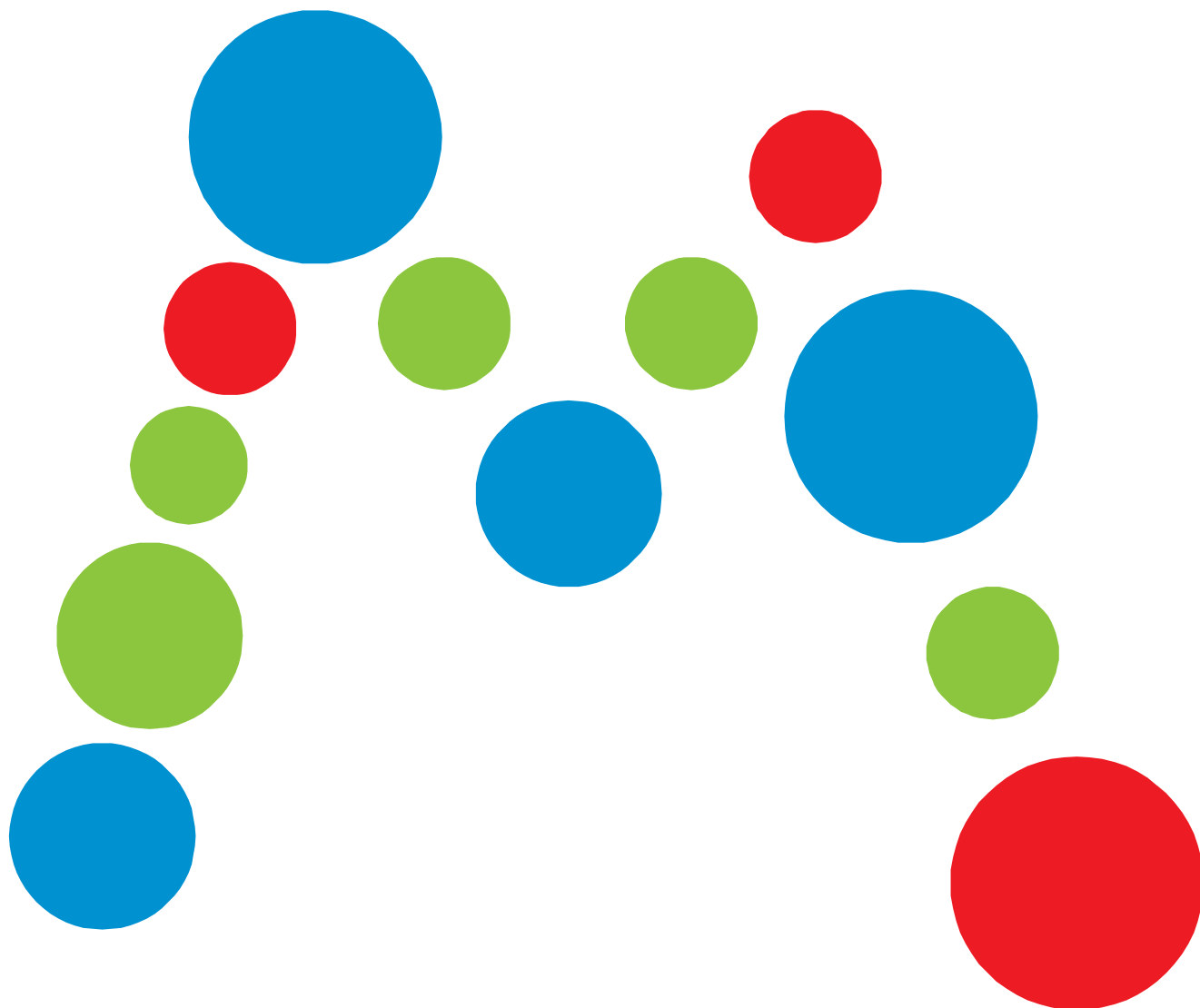


Mercados

informação global



Emirados Árabes Unidos Ficha de Mercado

Junho 2016



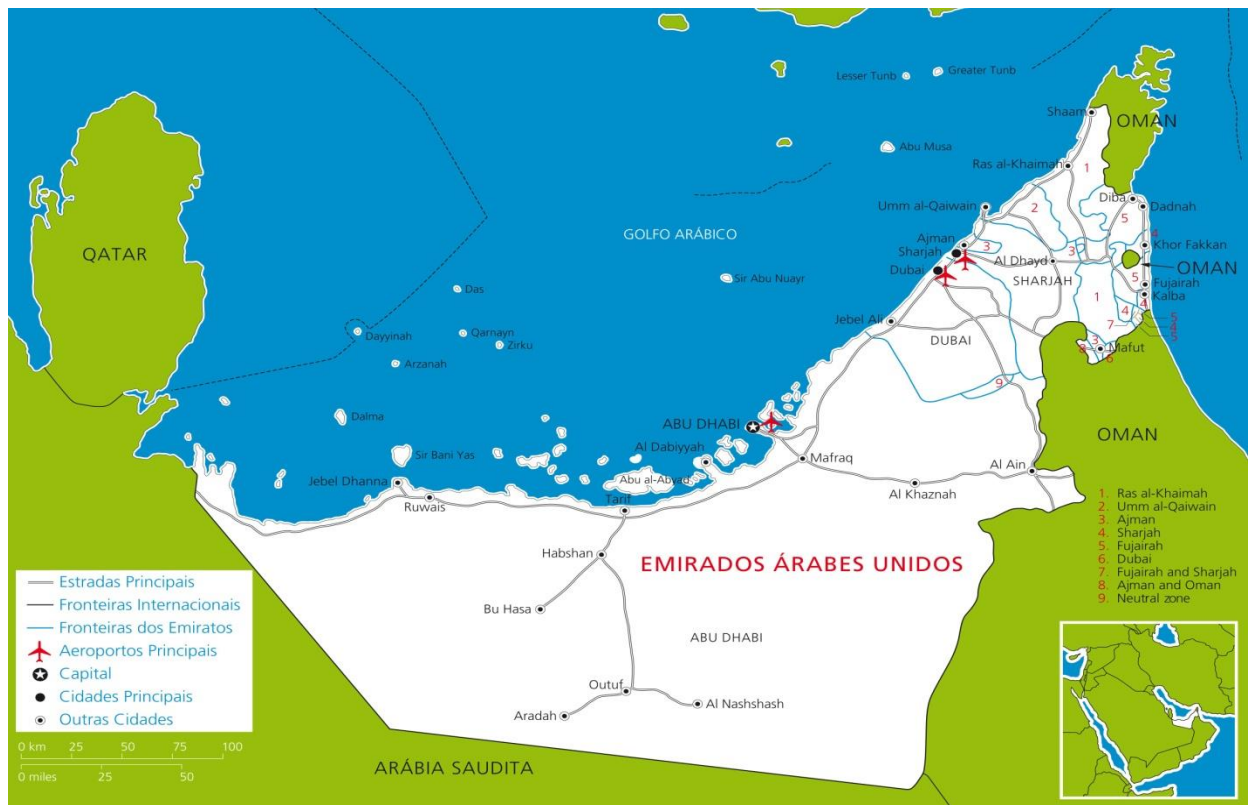
aicep Portugal Global

Índice

1. Dados Gerais	3
2. Economia	5
2.1. Situação Económica e Perspetivas	5
2.2. Comércio Internacional	8
2.3. Investimento Estrangeiro	12
2.4. Turismo	13
3. Relações Económicas com Portugal	14
3.1. Comércio de Bens e Serviços	14
3.1.1. Comércio de Bens	15
3.1.2. Serviços	19
3.2. Investimento	20
3.3. Turismo	20
4. Condições Legais de Acesso ao Mercado	21
4.1. Regime Geral de Importação	21
4.2. Regime de Investimento Estrangeiro	24
5. Informações Úteis	29
6. Contactos Úteis	31
7. Endereços de Internet	34

1. Dados Gerais

Mapa:



Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Área:	83 600 km ² (77 700 km ² excluindo as ilhas, dos quais 97% correspondem a deserto)
População:	9,5 milhões de habitantes (estimativa 2015)
Densidade populacional:	113 hab./km ² (estimativa 2015)
Designação oficial:	Emirados Árabes Unidos (EAU)
Forma de Estado:	Federação de sete Emirados: Abu Dhabi, Dubai, Sharjah, Ajman, Ras Al Khaimah, Umm Al Quwain e Fujairah
Chefe de Estado:	<i>Sheikh</i> Khalifa bin Zayed Al Nahyan
Primeiro-Ministro:	<i>Sheikh</i> Mohammed bin Rashid Al Maktoum
Data da atual constituição:	junho de 1996 (baseada na constituição de 1971)
Principais partidos políticos:	Não são permitidos partidos políticos
Capital:	Cidade de Abu Dhabi
Outras cidades importantes:	Cidade do Dubai, Cidade de Sharjah, Al Ain, Cidade de Ajman, Cidade de Ras Al Khaimah, Cidade de Fujairah, Cidade de Umm Al Quwain
Religião:	A maioria da população é muçulmana, sobretudo sunita
Língua:	A língua oficial é o árabe; o inglês é amplamente utilizado

Unidade monetária: Dirham dos EAU (AED) (indexado ao dólar dos EUA (USD))
1 EUR = 4,0968 AED (Banco de Portugal, final de maio 2016)

Risco País: Risco geral - BB (AAA = risco menor; D = risco maior) - EIU
Risco Político - BB
Risco de Estrutura Económica - B

Risco de crédito: 2 (1 = risco menor; 7 = risco maior) - COSEC, junho 2016

Política de cobertura de risco: *Operações de Curto prazo* - Aberta sem condições restritivas;
Médio/Longo prazo - Garantia bancária (decisão casuística)
(COSEC - junho 2016)

Principais relações internacionais e regionais:

Os Emirados Árabes Unidos (EAU) integram, entre outros organismos, o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África ([Arab Bank for Economic Development in Africa – BADEA](#)), o Banco Islâmico de Desenvolvimento ([Islamic Development Bank – IDB](#)), o Fundo Árabe para o Desenvolvimento Económico e Social ([Arab Fund for Economic and Social Development – AFESD](#)), o Fundo Monetário Árabe ([Arab Monetary Fund – AMF](#)), a Organização dos Países Exportadores de Petróleo ([Organization of the Petroleum Exporting Countries – OPEC](#)), o Banco de Compensações Internacionais ([Bank for International Settlements – BIS](#)), a Organização das Nações Unidas ([United Nations – UN](#)) e suas agências especializadas ([Funds, Programmes, Specialized Agencies and Others](#)) e a Organização Mundial do Comércio ([World Trade Organization – WTO](#)), esta última desde 10 de abril de 1996. Ao nível regional os EAU fazem parte da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo ([Organization of Arab Petroleum Exporting Countries – OAPEC](#)), da Liga dos Estados Árabes ([League of Arab States – LEA](#)) e do Conselho de Cooperação do Golfo ([Cooperation Council for the Arab States of the Gulf – GCC](#)). Os EAU também assinaram, entre outros, o Acordo Panárabe de Livre Comércio (*Pan Arab Free Trade Area*, também conhecido pela designação *GAFTA – Greater Arab Free Trade Area*, em francês [GZALE – Grande Zone Arabe de Libre Echange](#)). Os EAU, sobretudo ao nível supranacional através do GCC, têm desenvolvido uma rede de relações de parceria, através da negociação de acordos comerciais preferenciais. Os acordos comerciais celebrados ou em negociação estão referenciados no [Portal do Governo de Abu Dhabi](#).

Relacionamento com a União Europeia (UE):

O relacionamento dos EAU com a UE tem lugar ao nível supranacional, isto é, o papel de interlocutor com a UE é desempenhado pelo Conselho de Cooperação do Golfo ([Cooperation Council for the Arab States of the Gulf – GCC](#)), do qual os EAU fazem parte, e rege-se, fundamentalmente, pelo [Acordo de Cooperação](#), assinado em 1988, que em termos de comércio de mercadorias assume a natureza de acordo não preferencial em que as partes concedem-se mutuamente o tratamento da nação mais favorecida (*MFN – Most Favoured Nation*: conceito de não discriminação onde cada membro da OMC concede aos produtos de um outro membro um tratamento não menos favorável do que o tratamento que

concede aos produtos semelhantes dos demais Estados membros). Este Acordo previa, igualmente, um compromisso entre o GCC e a UE no sentido de iniciarem negociações com vista à conclusão de um Acordo de Comércio Livre, as quais, depois do seu início em 1990, foram suspensas em 2008, [decorrendo, atualmente, contactos informais entre as partes com vista à sua continuação/conclusão, até à data, sem grande sucesso](#) (informações atualizadas sobre as negociações em curso podem ser obtidas no [Overview of ongoing negotiations](#)). Os interessados podem obter mais informação sobre o relacionamento bilateral no Portal [European External Action Service \(EEAS\) – Relations between the Gulf Cooperation Council \(GCC\) and the EU / Trade Relations](#)

Ambiente de Negócios

Competitividade (Rank no Global Competitiveness Index 2015/16) - 17 ^o	Facilidade de Negócios (Rank no Doing Business Rep. 2016) - 31 ^o
Transparência (Rank no Corruption Perceptions Index 2015) - 23 ^o	Ranking Global (EIU, entre 82 mercados) - 23 ^o

2. Economia

2.1. Situação Económica e Perspetivas

Os Emirados Árabes Unidos (EAU) são uma federação de sete emirados situados a sudeste da Península Arábica, no Golfo Pérsico. Abu Dhabi é um emirado fulcral em termos de petróleo e de indústria do gás dos EAU, seguido do Dubai, Sharjah e Ras Al Khaimah. Enquanto Abu Dhabi é o centro industrial e dos hidrocarbonetos, o Dubai concentra o comércio e os setores financeiro e turístico.

Os EAU são um membro do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), que é uma organização regional que tem em vista efetuar a coordenação, a integração e a interligação entre os seus Estados membros, sendo composta por seis países do Golfo Pérsico. Os outros membros do CGC são os seguintes: Arábia Saudita, Bahrain, Koweit, Oman e Qatar.

O setor dos hidrocarbonetos assume um papel preponderante, constituindo o principal motor do crescimento da economia que foi construída essencialmente com base nos abundantes recursos de petróleo e, mais recentemente, de gás natural. O país ocupava a sexta posição, a nível mundial, em termos de reservas comprovadas de petróleo e o sétimo lugar ao nível de reservas comprovadas de gás natural em 2015, de acordo com os dados publicados pela OPEC - *Annual Statistical Bulletin 2016*.

Em anos relativamente recentes, as autoridades locais iniciaram um plano de diversificação da economia dos EAU, que após a crise financeira mundial registou um desenvolvimento a um ritmo mais lento do que originalmente era esperado.

Como resultado do esforço de diversificação económica, o setor dos serviços, incluindo entre outros o financeiro e o turístico, fizeram do Dubai uma cidade privilegiada para acolher as multinacionais e a principal porta de entrada do comércio do Golfo e do Médio Oriente.

Os EAU, com cerca de 9,5 milhões de habitantes, são hoje uma economia aberta e com um elevado PIB *per capita* (o valor estimado relativo a 2015 é de 38 880 USD). Estima-se que o contributo dos serviços para o PIB tenha sido de 52,3% em 2015, sendo as percentagens relativas à indústria e ao setor agrícola, respetivamente, de 46,9% e 0,8%.

Estima-se que os expatriados representavam cerca de 85% da força de trabalho existente no país em 2015¹.

Conforme referido anteriormente, segundo o relatório *Global Competitiveness Index 2015-2016*², os EAU posicionaram-se no 17º lugar do *ranking* que incluiu 140 economias do mundo (tendo-se situado no 12º lugar no relatório de 2014/2015, e neste caso entre 144 economias). De acordo com o *World Economic Forum*, uma forte estabilidade macroeconómica e a elevada qualidade das infraestruturas são dois dos aspetos que contribuem para que exista uma base sólida, sendo a economia dos Emirados Árabes Unidos significativamente mais diversificada do que as economias de outros países do Conselho de Cooperação do Golfo. O país tem beneficiado de elevados níveis de abertura, em termos de comércio e de investimento, o que tem contribuído, por exemplo, para uma concorrência intensa. Os EAU surgem no segundo lugar em relação ao conjunto dos países do Conselho de Cooperação do Golfo (o Qatar ocupava a 14ª posição), ficando à frente de todos os países do Norte de África.

Desde a sua fundação em 1971 até aos nossos dias, os EAU passaram por um período de rápido e amplo desenvolvimento económico e social. Segundo o FMI³, a economia dos EAU cresceu em média 4,9% de 1993 a 2002 e 8,3% no período de 2003 a 2006, quando as médias de crescimento verificadas nas economias avançadas foram de 2,8% nos dois períodos considerados (3,1% e 7,8% foram as médias assinaladas para os países do Norte de África e Médio Oriente, nos referidos períodos de tempo).

Ainda de acordo com a mesma fonte, em 2007 e 2008, o produto interno bruto (PIB) dos EAU cresceu em média 3,2%, mas em 2009 verificou-se uma contração da economia (uma variação percentual de -5,2% face ao ano anterior), consequência dos efeitos da crise financeira mundial. Em 2010, o PIB voltou a registar uma variação positiva (1,6%), tendo os acréscimos percentuais de 2011 a 2014 sido superiores (situaram-se entre 4,3% e 7,2%). No que respeita a 2015, o FMI estima que o crescimento da economia tenha sido de 3,9%, enquanto o EIU - *The Economist Intelligence Unit* aponta para 3,4%.

¹ CIA - The World Factbook

² The Global Competitiveness Report 2015-2016 - World Economic Forum

³ International Monetary Fund – World Economic Outlook – April 2016

O saldo do setor público vinha sendo positivo, situando-se os excedentes ligeiramente acima de 10% do PIB em 2012 e 2013 e em 5,0% em 2014, mas em 2015 a situação inverteu-se. O saldo estimado do último ano representou -3,7% do PIB (segundo dados do EIU), o que se deveu à descida dos preços do petróleo nos mercados internacionais.

Verifica-se um aumento do peso da dívida pública no PIB de 2012 até 2015 (estima-se que tenha passado de 39,1% para 51,3%), assim como da dívida externa desse país (as respetivas estimativas representavam 45,5% do PIB em 2012 e 55,2% em 2015).

O saldo da balança corrente aumentou consideravelmente de 2010 para 2012 (a respetiva percentagem no PIB passou de 2,5% para 21,3%), mas diminuiu nos três anos seguintes, fixando-se em 5,8% em 2015.

As perspetivas para a economia dos EAU para 2016 e próximos anos, segundo os dados do EIU, são as seguintes:

- Espera-se que os baixos preços do petróleo nos mercados internacionais se possam repercutir negativamente no crescimento real do PIB, refletindo-se na estagnação da produção de petróleo, nas receitas fiscais, na liquidez bancária, na confiança empresarial, podendo também afetar o investimento. Assim, prevê-se um crescimento real do PIB de 1,2% para 2016, devendo acelerar em 2017 (1,6%). O crescimento previsto da economia dos EAU para 2018 é de 4,0%.
- Prevê-se que as exportações de bens e serviços, a preços correntes, possam ter uma redução de 13,2% em 2016 face a 2015, enquanto as importações poderão registar um ligeiro crescimento (+0,6%). A diminuição prevista para as exportações de bens nesse período é de 5,8%, perspetivando-se um acréscimo ao nível das importações de 1,5%.
- A inflação média foi de 4,1% em 2015, prevendo-se uma percentagem de 3,6% para 2016. Espera-se uma taxa de inflação de 4,2% para 2017.
- Ao nível do saldo do setor público, prevê-se que o défice aumente para 6,6% do PIB em 2016 e que possa diminuir em 2017 e 2018 para 1,9% e 0,4% do PIB, respetivamente. De referir, que está prevista a entrada em vigor nos EAU, em 2018, do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), esperando-se que o mesmo possa ter um impacto positivo em termos de receitas fiscais.
- O EIU prevê que a dívida pública, em 2016, possa atingir 61,9% do PIB e a dívida externa 63,4% do PIB, prevendo-se percentagens inferiores para os quatro anos seguintes.
- Espera-se que o saldo da balança corrente possa registar um défice de 2,0% do PIB em 2016, perspetivando-se, no entanto, que no próximo ano volte a apresentar um valor positivo, que corresponda a 2,7% do PIB.

Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2013 ^a	2014 ^a	2015 ^a	2016 ^b	2017 ^b	2018 ^b
População	Milhões	9,4	9,5	9,5 ^c	9,6	9,8	9,9
PIB a preços de mercado ¹	10 ⁹ AED	1 427,1	1 476,2	1 359,9	1 301,3	1 480,8	1 618,2
PIB a preços de mercado ¹	10 ⁹ USD	388,5	401,9	370,2	354,3	403,2	440,6
PIB <i>per capita</i>	USD	41 550 ^c	42 530 ^c	38 880 ^c	36 760	41 250	44 390
Crescimento real do PIB	Var. %	4,7	4,0	3,4	1,2	1,6	4,0
Taxa de inflação (média)	%	1,1	2,3	4,1	3,6	4,2	4,9
Saldo do setor público	% do PIB	10,4	5,0	-3,7 ^c	-6,6	-1,9	-0,4
Dívida pública	% do PIB	41,0 ^c	43,2 ^c	51,3 ^c	61,9	57,9	54,1
Saldo da balança corrente	10 ⁹ USD	74,1	58,7	21,6	-7,0	10,9	11,0
Saldo da balança corrente	% do PIB	19,1	14,6	5,8	-2,0	2,7	2,5
Dívida externa	% do PIB	45,9 ^c	47,9 ^c	55,2 ^c	63,4	58,8	55,8
Taxa de câmbio - média	1 EUR = xAED	4,88	4,88	4,08	4,02	4,01	4,08
Taxa de câmbio - média	1 USD = xAED	3,67	3,67	3,67	3,67	3,67	3,67

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Notas: (a) Valores atuais; (b) Previsões; (c) Estimativas; (1) Preços correntes

O plano estratégico dos EAU para os próximos anos centra-se na diversificação da economia e criação de mais oportunidades para os nacionais através da melhoria da educação e aumento do emprego no setor privado.

2.2. Comércio Internacional

Segundo os dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), os Emirados Árabes Unidos foram o 20º exportador e o 19º importador a nível mundial em 2015 (com base em dados estimados), apresentando uma balança comercial superavitária.

No *ranking* dos exportadores mundiais, em 2015, os EAU situaram-se próximo de outros mercados como Taiwan (17º lugar), a Espanha (18º), a Índia (19º), a Tailândia (21º), a Arábia Saudita (22º) e a Malásia (23º).

Em relação às importações, face à posição registada em 2015 este mercado ficou colocado próximo de importadores como Singapura (16º importador a nível mundial), a Suíça (17º), Taiwan (18º), a Austrália (20º), a Turquia (21º) e a Tailândia (22º).

Nos últimos cinco anos, as vendas de bens dos EAU para os mercados externos aumentaram em 2012 (+19,1%, face ao ano anterior) e em 2013 (+3,1%), diminuindo em 2014 e 2015 (variações percentuais, respetivamente, de -0,9% e -9,3%). O crescimento médio anual, no período 2011-2015, foi de 3,0%. O valor das exportações passou de 302 mil milhões de USD em 2011 para 371 mil milhões de USD em 2013, fixando-se em 333,3 mil milhões de USD em 2015.

As compras de bens provenientes do exterior pelos Emirados Árabes Unidos cresceram em média 5,8% ao ano de 2011 a 2015, tendo-se registado em 2012 o maior acréscimo do período em análise (11,6%). Os incrementos registados em 2013 e 2014 foram, respetivamente, de 5,5% e 4,3%; aumentando o valor das importações 1,7% em 2015.

Evolução da Balança Comercial

(10 ⁹ USD)	2011	2012	2013	2014	2015
Exportação (fob) ¹	302,0	359,7	371,0	367,5	333,3
Importação (fob) ¹	195,4	218,0	230,0	239,8	243,9
Saldo ¹	106,6	141,7	141,0	127,7	89,4
Coeficiente de cobertura (%) ¹	154,6	165,0	161,3	153,3	136,7
Posição no <i>ranking</i> mundial					
Como exportador ²	20 ^a	17 ^a	16 ^a	16 ^a	20 ^a
Como importador ²	25 ^a	24 ^a	24 ^a	20 ^a	19 ^a

Fontes: (1) The Economist Intelligence Unit (EIU); (2) Organização Mundial do Comércio (OMC)

Nota: A informação sobre a posição dos EAU no *ranking* mundial, como exportador e importador, baseia-se em estimativas

As exportações e as importações representaram, em conjunto, 155,9% do PIB em 2015, sendo a percentagem de 65,9%, considerando apenas as compras de bens ao exterior; nesse ano, o valor estimado das importações dos EAU representou 1,4% do respetivo total a nível mundial.

Ao nível dos principais clientes, Taiwan ocupa a primeira posição representando 23,6% do respetivo total em 2014; seguiram-se o Irão (4,5%), a Arábia Saudita (4,1%), o Iraque (3,5%) e a Índia (3,4%). Os cinco principais mercados clientes representaram cerca de 39% das exportações dos EAU em 2014.

Desses mercados, somente Taiwan manteve sempre a mesma posição de 2012 a 2014. O Irão e a Arábia Saudita subiram gradualmente no *ranking* de clientes, passando da quarta e quinta posições em 2012 para, respetivamente, o segundo e o terceiro lugares em 2014. O Iraque evoluiu também gradualmente no *ranking* de clientes dos EAU, ao longo do período em análise (2012-2014), posicionando-se no quarto lugar em 2014. A Índia ficou na segunda posição em 2012 e 2013, descendo ao quinto lugar em 2014.

As quotas da Índia diminuíram no período de 2012 a 2014, registando oscilações os respetivos valores percentuais de Taiwan, do Irão, da Arábia Saudita e do Iraque.

Em 2014, no âmbito da Europa, situaram-se nas vinte primeiras posições como clientes dos Emirados Árabes Unidos: a Suíça (7^o cliente, com um peso de 1,5% do valor global das exportações), a Bélgica (10^o cliente, com um peso de 1,3%), o Reino Unido (13^o cliente, com um peso de 0,9%) e a Turquia (14^o cliente, com um peso de 0,8%).

Principais Clientes

Mercado	2012		2013		2014	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
Taiwan	27,8	1ª	27,9	1ª	23,6	1ª
Irão	4,6	4ª	4,7	3ª	4,5	2ª
Arábia Saudita	3,6	5ª	4,3	4ª	4,1	3ª
Iraque	2,7	6ª	2,6	5ª	3,5	4ª
Índia	6,7	2ª	5,0	2ª	3,4	5ª
Portugal	0,01	102ª	0,01	115ª	0,01	107ª

Fonte: International Trade Centre (ITC)

Em termos de principais fornecedores, a China ocupou a primeira posição, representando 15,1% do montante global das importações em 2014, seguindo-se os Estados Unidos da América (8,0%), a Índia (7,4%), a Alemanha e o Japão (com uma quota de 4,7% cada um destes países). Estes cinco mercados representaram em conjunto, aproximadamente, 40% do total dos produtos importados pelos EAU em 2014.

Desses países, apenas a China manteve a mesma posição no *ranking* de fornecedores de 2012 a 2014. Os Estados Unidos da América e a Índia trocaram de posições em 2013, passando a ocupar, respetivamente, o segundo e o terceiro lugares, não existindo alterações no ano seguinte. A Alemanha encontrava-se na quinta posição em 2012 e na sexta em 2013, subindo ao quarto lugar em 2014. O Japão ocupou o quarto lugar em 2012 e 2013 e desceu à quinta posição em 2014.

As quotas da China aumentaram de 2012 a 2014, diminuíram as percentagens referentes aos Estados Unidos da América, à Índia e ao Japão, registando oscilações os valores percentuais da Alemanha.

Principais Fornecedores

Mercado	2012		2013		2014	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
China	12,2	1ª	12,3	1ª	15,1	1ª
Estados Unidos da América	9,0	3ª	8,5	2ª	8,0	2ª
Índia	9,8	2ª	8,3	3ª	7,4	3ª
Alemanha	4,6	5ª	4,3	6ª	4,7	4ª
Japão	5,2	4ª	4,8	4ª	4,7	5ª
Portugal	0,10	72ª	0,08	72ª	0,09	73ª

Fonte: International Trade Centre (ITC)

Relativamente aos países da Europa que se posicionaram nos vintes primeiros lugares como fornecedores dos EAU em 2014, para além da Alemanha, encontram-se o Reino Unido (7º fornecedor,

com um peso de 3,1% no valor total das importações), a Suíça (9º fornecedor, com um peso de 2,6%), a Itália (10º fornecedor, com um peso de 2,5%), a França (11º fornecedor, com um peso de 2,3%), a Bélgica (12º fornecedor, com um peso de 1,6%), a Turquia (15º fornecedor, com um peso de 1,5%) e a Rússia (19º fornecedor, com um peso de 0,9%).

Portugal tem muito pouca expressão no comércio externo dos EAU, situando-se na 107ª posição como cliente em 2014, com uma quota de 0,01% no valor das exportações, e no 73º lugar enquanto fornecedor, com uma percentagem de 0,09% no total das importações.

No que concerne à estrutura das exportações, os cinco primeiros agrupamentos de produtos exportados pelos EAU, em 2014, respeitaram a combustíveis e óleos minerais (representaram 28,4% do total), pérolas, pedras e metais preciosos (10,5%), máquinas e equipamentos elétricos (8,1%), máquinas e equipamentos mecânicos (5,5%) e veículos automóveis e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios (4,0%). O montante agregado destes agrupamentos representou cerca de 57% das exportações em 2014.

Desses grupos de produtos, verificaram-se reduções em 2014, face ao ano anterior, nas exportações de combustíveis e óleos minerais e de pérolas, pedras e metais preciosos (variações percentuais, respetivamente, de -14,6% e -19,0%), tendo as exportações de veículos automóveis e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios aumentado 35,4%.

De referir, que a estrutura dos principais produtos transacionados pelos EAU também reflete a importância das reexportações, que segundo dados do *International Trade Centre* (ITC) representaram cerca de 33% do total exportado em 2014.

Principais Produtos Transacionados - 2014

Exportações / Setor	%	Importações / Setor	%
27 - Combustíveis e óleos minerais	28,4	71 - Pérolas, pedras e metais preciosos, etc.	18,1
71 - Pérolas, pedras e metais preciosos, etc.	10,5	85 - Máquinas e equipamentos elétricos	14,0
85 - Máquinas e equipamentos elétricos	8,1	84 - Máquinas e equipamentos mecânicos	11,9
84 - Máquinas e equipamentos mecânicos	5,5	87 - Veículos automóveis e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	7,9
87 - Veículos automóveis e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	4,0	27 - Combustíveis e óleos minerais	3,0

Fonte: International Trade Centre (ITC)

No que diz respeito às importações, as pérolas, pedras e metais preciosos surgem na primeira posição (representaram 18,1% do valor global em 2014), seguindo-se as máquinas e equipamentos elétricos (14,0%), as máquinas e equipamentos mecânicos (11,9%), os veículos automóveis e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios (7,9%) e os combustíveis e óleos minerais (3,0%). Estes grupos de produtos representaram, em conjunto, aproximadamente 55% das importações dos EAU em 2014.

Desses agrupamentos, somente as importações de pérolas, pedras e metais preciosos diminuíram de 2013 para 2014 (uma variação percentual de -19,0%), registando as máquinas e equipamentos elétricos e mecânicos acréscimos próximos de 13%.

2.3. Investimento Estrangeiro

Segundo os dados da UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, os Emirados Árabes Unidos, no período 2010-2014, apresentaram valores mais elevados como recetor de investimento direto estrangeiro do que enquanto emissor.

Os EAU ocuparam o 25º lugar como recetor de investimento direto do exterior (IDE) a nível mundial em 2014, que foi a melhor posição do período em análise (2010-2014), situando-se este país próximo da Turquia (22º), da Itália (23º), da Malásia (24º), da Suécia (26º), da Coreia do Sul (27º) e do Cazaquistão (28º). No *ranking* de mercados emissores de investimento direto no exterior, os Emirados Árabes Unidos situaram-se no 40º lugar em 2014, ficando este país próximo da Colômbia (37º), do Cazaquistão (38º), da Hungria (39º), de Malta (41º) do Azerbaijão (42º) e do Chipre (43º).

O investimento direto do exterior realizado nos Emirados Árabes Unidos representou 0,8% do total mundial em 2014, tendo a percentagem referente ao investimento do país no estrangeiro sido de 0,2%.

O investimento direto do exterior nos EAU aumentou de 2010 até 2013. Verificou-se um acréscimo de 39,6% em 2011, face ao ano anterior, tendo os incrementos registados em 2012 e 2013 sido, respetivamente, de 25,0% e 9,2%. Em 2014, registou-se uma ligeira redução no respetivo valor de IDE relativamente ao montante de 2013 (uma variação percentual de -4,0%). Assim, o valor do IDE passou de 5,5 mil milhões de USD em 2010 para quase 10,5 mil milhões de USD em 2013 e fixou-se num montante próximo de 10,1 mil milhões de USD em 2014.

Segundo a informação do EIU, o investimento direto do exterior realizado nos EAU foi de 10,4 mil milhões de USD em 2015, representando 2,8% do PIB e contribuindo para 10,3% da formação bruta de capital fixo. Para 2016, o EIU prevê uma descida do valor do IDE no país para 5,7 mil milhões de USD e que possa corresponder a 1,6% do PIB e a 5,4% do montante da formação bruta de capital fixo.

Investimento Direto

(10 ⁶ USD)	2010	2011	2012	2013	2014
Investimento do exterior nos EAU	5 500,3	7 678,7	9 601,9	10 488,0	10 065,8
Investimento dos EAU no exterior	2 015,0	2 178,0	2 536,0	2 951,7	3 071,8
Posição no <i>ranking</i> mundial					
Como recetor	40 ^a	38 ^a	31 ^a	30 ^a	25 ^a
Como emissor	40 ^a	42 ^a	40 ^a	39 ^a	40 ^a

Fonte: UNCTAD - World Investment Report 2015

De acordo com os dados da UNCTAD, os montantes de investimento direto dos EAU em mercado externos aumentaram ao longo do período 2010-2014. Houve acréscimos de 8,1% em 2011, face ao ano anterior, e de 4,1% em 2014, registando-se incrementos anuais de 16,4% em 2012 e 2013. Desta forma, o valor do investimento direto no exterior era de 2 mil milhões de USD em 2010 e situou-se em quase 3,1 mil milhões de USD em 2014.

2.4. Turismo

Os Emirados Árabes Unidos ocuparam a 24ª posição no *ranking* do *Travel & Tourism Competitiveness Index 2015*⁴, num total de 141 mercados (posicionaram-se em 1º lugar no *Travel & Tourism Competitiveness Index 2015 - Middle East and North Africa*, num total de 16 países).

As receitas relativas a turistas estrangeiros nos EAU aumentaram ao longo do período de 2011 a 2015. Verificaram-se incrementos de 18,6% em 2012, face ao ano anterior, de 13,5% e 12,8%, respetivamente, em 2013 e 2014. O acréscimo registado em 2015 foi de 14,8%, sendo, no entanto, o valor desse ano ainda provisório. O montante das receitas passou de 9,2 mil milhões de USD em 2011 para 16 mil milhões de USD em 2015.

O número de turistas (incluindo apenas o Dubai) aumentou 10,4% em 2012, relativamente ao ano anterior, e 11,3% em 2013 (último ano disponível). O número de turistas situava-se, em 2013, perto de 10 milhões.

Indicadores do Turismo

	2011	2012	2013	2014	2015 ^b
Turistas ^a (10 ³)	8 129	8 977	9 990	n.d.	n.d.
Receitas (10 ⁶ USD)	9 204	10 919	12 389	13 969	16 038

Fonte: World Tourism Organization (UNWTO)

Notas: (a) Inclui apenas o Dubai; (b) Valores provisórios; n.d. - não disponível

No documento estratégico *Dubai's Tourism Vision for 2020* consta como objetivo principal atrair 20 milhões de visitantes anuais em 2020. A estratégia definida tem implicações a vários níveis, como por exemplo, desenvolvimento de infraestruturas, melhoria da oferta de produtos turísticos e investimento em *marketing*. Pretende-se posicionar o Dubai como primeira escolha a nível internacional para lazer e viagens de negócios.

A exposição universal que se irá realizar no Dubai em 2020 constituirá um impulso para o setor do turismo nesse Emirado.

⁴ The Travel & Tourism Competitiveness Report 2015 - World Economic Forum

3. Relações Económicas com Portugal

3.1. Comércio de Bens e Serviços

O mercado dos Emirados Árabes Unidos assume uma posição modesta no contexto do comércio internacional português de bens e serviços. Em 2015, a sua quota nas exportações portuguesas de bens e serviços foi de 0,36%, sendo a percentagem mais elevada dos últimos cinco anos. Enquanto fornecedor, os EAU registaram uma quota de 0,16% do valor total das importações portuguesas em 2015.

Quota dos EAU no Comércio Internacional Português de Bens e Serviços

	Unidade	2011	2012	2013	2014	2015
EAU como cliente de Portugal	% Export.	0,21	0,21	0,23	0,25	0,36
EAU como fornecedor de Portugal	% Import.	0,13	0,09	0,19	0,18	0,16

Fonte: Banco de Portugal

As exportações portuguesas de bens e serviços para os EAU aumentaram ao longo do período 2011-2015. Verificaram-se acréscimos de 4,4% em 2012, face ao ano anterior, e de 15,0% em 2013, sendo os incrementos em 2014 e 2015, respetivamente, de 10,0% e de 53,4%. O montante das exportações de bens e serviços passou de 131,8 milhões de euros em 2011 para 266,9 milhões de euros em 2015. O crescimento médio anual no período em análise foi de 20,7%.

As importações diminuíram em 2012 (uma variação percentual de -35,7%), aumentaram consideravelmente em 2013 (+121,5%) e voltaram a registar reduções em 2014 e 2015 (variações percentuais, respetivamente, de -3,8% e -5,9%). A taxa média de crescimento anual no período 2011-2015 foi de 19,0%. O valor das importações era de 88,7 milhões de euros em 2011, atingiu 126,2 milhões de euros em 2013 e fixou-se em 114,3 milhões de euros em 2015.

Balança Comercial de Bens e Serviços de Portugal com os EAU

(10 ⁶ EUR)	2011	2012	2013	2014	2015	Var% 15/11 ^a	Var% 15/14 ^b
Exportações	131,8	137,6	158,2	174,0	266,9	20,7	53,4
Importações	88,7	57,0	126,2	121,5	114,3	19,0	-5,9
Saldo	43,1	80,6	32,0	52,5	152,6	--	--
Coef. Cobertura (%)	148,6	241,4	125,3	143,2	233,6	--	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2011-2015

(b) Taxa de variação homóloga 2014-2015

Devido a diferenças metodológicas de apuramento, o valor referente a "Bens e Serviços" não corresponde à soma ["Bens" (INE) + "Serviços" (Banco de Portugal)]. Componente de Bens com base em dados INE, ajustados para valores f.o.b.

O saldo da balança comercial de bens e serviços é favorável a Portugal, registando-se um montante de 152,6 milhões de euros em 2015, que foi o maior valor dos últimos cinco anos, sendo bastante superior ao montante de 2012 (80,6 milhões de euros), o segundo mais elevado nesse período. O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações oscilou entre 125,3% em 2013 e 241,4% em 2012, situando-se em 233,6% em 2015.

3.1.1. Comércio de Bens

No âmbito do comércio internacional português de bens, os Emirados Árabes Unidos têm maior relevância como cliente do que enquanto fornecedor, representando 0,34% do total das exportações portuguesas em 2015 e apenas 0,03% do valor global das importações.

Os EAU posicionaram-se no 31º lugar no *ranking* dos clientes de Portugal em 2015, situando-se próximo de outros mercados, tais como Gibraltar (28º), México (29º), Hungria (30º), Eslováquia (32º), Rússia (33º) e África do Sul (34º).

Ao nível das importações, os Emirados Árabes Unidos foram o 86º fornecedor de Portugal em 2015, ficando próximo de mercados como *Trinidad e Tobago* (83º), Malawi (84º), Filipinas (85º), Senegal (87º), Qatar (88º) e Nova Zelândia (89º).

Em 2015, a quota dos EAU nas vendas portuguesas de bens ao exterior foi a mais elevada do período em análise (2011-2015), ocupando esse país também a melhor posição no respetivo *ranking* de clientes.

No que se refere às importações de Portugal, registou-se em 2015 a menor quota dos últimos cinco anos, que foi semelhante à do ano anterior, e a segunda pior posição desse período.

De janeiro a abril de 2016, os EAU foram o nosso 33º cliente, sendo a quota de 0,31%, e o 87º fornecedor com uma percentagem de 0,02%.

Posição e Quota dos EAU no Comércio Internacional Português de Bens

		2011	2012	2013	2014	2015	2016 jan/abr
EAU como cliente de Portugal	Posição	37 ^a	40 ^a	40 ^a	36 ^a	31 ^a	33 ^a
	% Export.	0,21	0,21	0,22	0,26	0,34	0,31
EAU como fornecedor de Portugal	Posição	55 ^a	74 ^a	62 ^a	88 ^a	86 ^a	87 ^a
	% Import.	0,12	0,04	0,09	0,03	0,03	0,02

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nos últimos cinco anos, o valor das exportações aumentou 21,4% em 2014 e 37,9% em 2015, registando acréscimos inferiores a 8% em 2012 e 2013 (respetivamente, de 5,5% e 7,0%). O respetivo

crescimento médio anual neste período foi de 18,0%. O montante das exportações passou de 90,1 milhões de euros em 2011 para 170,3 milhões de euros em 2015.

Relativamente às importações, houve diminuições em 2012 e 2014 (variações percentuais, respetivamente, de -66,6% e -69,0%) e acréscimos em 2013 (+115,9%) e em 2015 (+35,6%). Atendendo às oscilações significativas que se verificaram ao longo do período em análise, os montantes das nossas compras de bens provenientes dos EAU variaram entre 15,4 milhões de euros em 2014 e 68,7 milhões de euros em 2011, situando-se o valor, em 2015, em 20,8 milhões de euros.

O saldo da balança comercial com os EAU foi sempre favorável a Portugal no período 2011-2015, situando-se acima de 100 milhões de euros nos dois últimos anos (108,1 milhões de euros em 2014 e 149,5 milhões de euros em 2015). O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações era de 131,2% em 2011 e atingiu 817,7% em 2015.

No primeiro quadrimestre de 2016, os dados estatísticos já disponibilizados pelo INE apontam para um aumento das exportações de 18,4%, face ao período homólogo de 2015, e uma redução no valor das importações (uma variação percentual de -28,7%), sendo o saldo da balança comercial de 46,2 milhões de euros.

Balança Comercial de Bens de Portugal com os EAU

(10 ⁶ EUR)	2011	2012	2013	2014	2015	Var % 15/11 ^a	2015 jan/abr	2016 jan/abr	Var % 16/15 ^b
Exportações	90,1	95,1	101,7	123,5	170,3	18,0	42,6	50,4	18,4
Importações	68,7	23,0	49,6	15,4	20,8	4,0	6,0	4,3	-28,7
Saldo	21,4	72,1	52,1	108,1	149,5	--	36,6	46,2	--
Coef. Cobertura (%)	131,2	414,1	205,2	803,9	817,7	--	708,5	§	--

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2011-2015

(b) Taxa de variação homóloga

(2011 a 2014: resultados definitivos; 2015 e 2016: resultados preliminares)

§ - Coeficiente de cobertura >= 1000%

No que se refere às exportações portuguesas para os EAU por grupos de produtos, as máquinas e aparelhos ocupam a primeira posição (com 33,2% do total em 2015), seguindo-se os veículos e outro material de transporte (11,4%), a madeira e cortiça (6,6%), o agrupamento relativo a outros produtos (5,7%) e o vestuário (5,1%), que em conjunto representaram cerca de 62% do total exportado.

Desses agrupamentos, apenas o valor do vestuário diminuiu em 2015 relativamente ao ano anterior (uma variação percentual de -3,6%). As exportações portuguesas de máquinas e aparelhos eram de 31,1 milhões de euros em 2011 e situaram-se em 56,5 milhões de euros em 2015. No caso dos veículos e outro material de transporte, as exportações passaram de um valor inferior a 6 milhões de euros em 2011 (5,6 milhões de euros) para 19,4 milhões de euros em 2015.

Numa análise mais em detalhe (a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada), verifica-se que as cinco primeiras categorias de produtos das exportações portuguesas para os EAU, em 2015, respeitaram a: aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia e videofones (representaram 21,4% do montante global exportado nesse ano); veículos automóveis para o transporte de dez ou mais pessoas, incluindo o condutor (7,1%); obras de carpintaria para construções, incluindo painéis celulares (4,6%); calçado com sola externa de borracha, plástico ou couro e parte superior de couro natural (3,1%); pneumáticos novos (3,0%). Estas categorias representaram, em conjunto, cerca de 39% das vendas portuguesas de produtos para o mercado em 2015.

Segundo a informação do GEE⁵, os produtos classificados como de baixa intensidade tecnológica representaram 36,8% das exportações portuguesas para os EAU, em 2014 (último ano disponível), de produtos industriais transformados (representaram 98,0% das exportações totais). Seguiram-se os produtos com graus de intensidade tecnológica média-alta (26,2%), alta (21,9%) e média-baixa (15,1%).

Exportações por Grupos de Produtos

(10 ⁶ EUR)	2011	% Total 2011	2014	% Total 2014	2015	% Total 2015	Var % 15/14
Máquinas e aparelhos	31,1	34,6	37,8	30,6	56,5	33,2	49,5
Veículos e outro mat. transporte	5,6	6,2	10,7	8,7	19,4	11,4	81,3
Madeira e cortiça	8,0	8,8	2,1	1,7	11,2	6,6	432,2
Vestuário	6,2	6,9	9,1	7,3	8,7	5,1	-3,6
Agrícolas	1,5	1,7	4,5	3,7	8,6	5,1	90,2
Pastas celulósicas e papel	6,0	6,7	10,2	8,2	8,5	5,0	-16,8
Minerais e minérios	5,1	5,7	7,7	6,2	8,1	4,8	5,4
Alimentares	2,3	2,6	7,6	6,1	7,3	4,3	-3,4
Plásticos e borracha	2,2	2,4	6,4	5,2	7,0	4,1	10,4
Metais comuns	5,4	6,0	5,0	4,1	6,7	4,0	34,4
Calçado	1,0	1,1	5,8	4,7	6,1	3,6	5,8
Instrumentos de ótica e precisão	0,3	0,4	4,8	3,9	3,8	2,2	-21,0
Matérias têxteis	3,6	4,0	1,7	1,4	3,8	2,2	117,0
Combustíveis minerais	1,2	1,4	1,3	1,1	2,1	1,2	59,5
Químicos	4,9	5,4	2,5	2,1	1,6	0,9	-37,5
Peles e couros	0,7	0,8	1,5	1,2	1,2	0,7	-19,5
Outros produtos (a)	5,0	5,5	4,9	4,0	9,7	5,7	98,2
Total	90,1	100,0	123,5	100,0	170,3	100,0	37,9

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nota: (a) Tabaco, chapéus, guarda-chuvas, pedras e metais preciosos, armas, mobiliário, brinquedos, obras de arte e obras diversas

⁵ GEE - Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia

De acordo com os dados do INE, o número de empresas portuguesas exportadoras para os EAU tem vindo a aumentar, passando de 509 em 2011 para 902 em 2015, verificando-se um acréscimo de 77,2%.

Nas importações portuguesas de bens provenientes dos EAU, o peso do valor dos plásticos e borracha no respetivo total, em 2014, foi de 79,5%; seguiram-se os metais comuns (6,2%) e as matérias têxteis (5,1%). Estes grupos de produtos representaram, em conjunto, aproximadamente, 91% do respetivo montante global.

Desses agrupamentos, apenas aumentaram em 2015, face a 2014, as importações de plásticos e borracha (+107,0%), diminuindo os montantes relativos a metais comuns e a matérias têxteis (variações percentuais, respetivamente, de -51,0% e -57,2%). De referir, no entanto, que o acréscimo das nossas compras de plásticos e borracha, de 2011 para 2015, foi inferior (+61,7%). Por outro lado, as importações de metais comuns passaram de 8,4 milhões de euros em 2011 para 1,3 milhões de euros em 2015.

Importações por Grupos de Produtos

(10 ⁶ EUR)	2011	% Total 2011	2014	% Total 2014	2015	% Total 2015	Var % 15/14
Plásticos e borracha	10,3	15,0	8,0	52,1	16,6	79,5	107,0
Metais comuns	8,4	12,2	2,6	17,1	1,3	6,2	-51,0
Matérias têxteis	0,7	1,1	2,5	16,3	1,1	5,1	-57,2
Máquinas e aparelhos	0,3	0,5	1,3	8,4	0,8	3,6	-42,0
Veículos e outro mat. transporte	0,1	0,2	0,2	1,4	0,3	1,5	53,1
Agrícolas			0,1	0,9	0,1	0,6	-8,6
Peles e couros	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,5	489,3
Instrumentos de ótica e precisão	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	0,5	236,0
Minerais e minérios	0,2	0,2	0,1	0,7	0,1	0,5	-0,7
Pastas celulósicas e papel	0,0	0,0	0,1	0,5	0,0	0,2	-33,6
Madeira e cortiça	0,1	0,1	0,1	0,6	0,0	0,2	-67,7
Calçado	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	49,1
Químicos	4,5	6,5	0,0	0,0	0,0	0,1	§
Vestuário	0,1	0,1	0,1	0,8	0,0	0,1	-87,3
Alimentares			0,0	0,0			-100,0
Combustíveis minerais	43,8	63,7	0,0	0,0			-100,0
Outros produtos (a)	0,1	0,2	0,1	0,7	0,2	1,1	119,0
Total	68,7	100,0	15,4	100,0	20,8	100,0	35,6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Notas: (a) Tabaco, chapéus, guarda-chuvas, pedras e metais preciosos, armas, mobiliário, brinquedos, obras de arte e obras diversas

§ - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero em 2014

Numa análise mais em detalhe (a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada), as três primeiras categorias produtos respeitaram a: polímeros de etileno, em formas primárias (63,7% do total das importações portuguesas dos EAU em 2015); polímeros de propileno ou de outras olefinas, em formas primárias (14,2%); fios de algodão que contenham pelo menos 85%, em peso, de algodão, não acondicionados para venda a retalho (3,2%). O valor agregado destas categorias representou cerca de 81% do respetivo montante global.

Segundo a informação do GEE,⁶ os produtos classificados como de média-alta intensidade tecnológica representaram 56,8% das importações portuguesas provenientes dos EAU, em 2014, de produtos industriais transformados (representaram 99,5% das importações totais). Seguiram-se os produtos com graus de intensidade tecnológica média-baixa (23,4%), baixa (17,1%) e alta (2,7%).

3.1.2. Serviços

O mercado dos Emirados Árabes Unidos tem ainda pouco significado na estrutura do comércio externo português de serviços, representando 0,4% das exportações e 0,7% das importações em 2015.

Quota dos EAU no Comércio Internacional Português de Serviços

	Unidade	2011	2012	2013	2014	2015
EAU como cliente de Portugal	% Export.	0,22	0,21	0,26	0,30	0,38
EAU como fornecedor de Portugal	% Import.	0,29	0,35	0,77	0,88	0,73

Fonte: Banco de Portugal

As exportações portuguesas de serviços para os EAU aumentaram 2,0% em 2012 e 21,3% em 2014, registando incrementos superiores a 30% em 2013 e 2015 (respetivamente, de 36,0% e 37,3%). O crescimento médio anual ao longo do período 2011-2015 foi de 24,1%. Assim, o valor das exportações situava-se em 41,7 milhões de euros em 2011 e atingiu 96,2 milhões de euros em 2015.

Ao nível das importações, houve acréscimos em 2012 (+13,2%), em 2013 (+125,1%) e em 2014 (+25,0%), verificando-se uma redução em 2015 (uma variação percentual de -11,1%). A taxa média de crescimento anual, no período em análise, foi de 38,0%. Desta forma, o montante das importações de serviços passou de 33,1 milhões de euros em 2011 para 105,5 milhões de euros em 2014, diminuindo para 93,8 milhões de euros em 2015.

Em termos de saldo da balança comercial, registaram-se valores positivos em 2011 e 2012, défices em 2013 e 2014 e novamente um excedente em 2015. O saldo oscilou entre -35,4 milhões de euros em 2014 e 8,5 milhões de euros em 2011, situando-se em 2,4 milhões de euros em 2015. O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações diminuiu de 125,7% em 2011 para 66,4% em 2014, apresentando uma percentagem de 102,6% em 2015.

⁶ GEE - Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia

Balança Comercial de Serviços de Portugal com os EAU

(10 ⁶ EUR)	2011	2012	2013	2014	2015	Var% 15/11 ^a	Var% 15/14 ^b
Exportações	41,7	42,5	57,8	70,1	96,2	24,1	37,3
Importações	33,1	37,5	84,4	105,5	93,8	38,0	-11,1
Saldo	8,5	5,0	-26,6	-35,4	2,4	--	--
Coef. Cobertura (%)	125,7	113,3	68,5	66,4	102,6	--	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2011-2015

(b) Taxa de variação homóloga 2014-2015

3.2. Investimento

Não existem dados disponíveis em Portugal que nos permitam fazer uma análise dos fluxos relativos ao investimento.

De referir, no entanto, que existem empresas nacionais que estão presentes no mercado em diversos setores de atividade, como por exemplo as TIC, a construção civil e obras públicas, a engenharia, as confeções, entre outros. Por outro lado, duas marcas de confeção/acessórios estão presentes no mercado em regime de *franchising*.

3.3. Turismo

O mercado dos Emirados Árabes Unidos tem tido pouca relevância no turismo português.

A quota das receitas referentes a turistas dos EAU em Portugal, incluindo apenas a hotelaria global, no respetivo valor global situou-se em 0,24% em 2015, que foi a percentagem mais elevada dos últimos cinco anos.

As receitas (único indicador disponível) diminuíram em 2012 (uma variação percentual de -41,6%), aumentando nos três anos seguintes. Verificou-se um acréscimo de 68,3% em 2013 e incrementos de 52,3% e de 74,1%, respetivamente, em 2014 e 2015. A taxa média de crescimento anual no período 2011-2015 foi de 38,3%.

Turismo dos EAU em Portugal

	2011	2012	2013	2014	2015	Var% 15/11 ^a	Var% 15/14 ^b
Receitas ^c (10 ⁶ EUR)	10,3	6,0	10,1	15,4	26,8	38,3	74,1
% do total ^d	0,13	0,07	0,11	0,15	0,24	--	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2011-2015; (b) Taxa de variação homóloga 2014-2015;

(c) Inclui apenas a hotelaria global; (d) Refere-se ao total de estrangeiros

O montante das receitas era de 10,3 milhões de euros em 2011, diminuiu para 6 milhões de euros em 2012 e atingiu o montante de 26,8 milhões de euros em 2015.

4. Condições Legais de Acesso ao Mercado

4.1. Regime Geral de Importação

Os EAU têm uma das políticas de comércio externo mais abertas da região, limitando-se as restrições/proibições à importação a um número reduzido de produtos por razões de saúde, segurança e ordem pública; no entanto, importa referir uma importante barreira não tarifária no acesso a este mercado (como acontece com outros países árabes), a legislação exige que a venda de qualquer mercadoria importada tenha que ser efetuada ao abrigo de agente/representante comercial local ([MADB – Market Access Database](#), selecionar *Country: United Arab Emirates* / [Country Overview](#) / *Agency Agreements*).

Por sua vez, a atividade de importação/distribuição só pode ser exercida por cidadãos nacionais dos EAU e empresas com uma licença comercial apropriada, desde que detidas, pelo menos, em 51% por nacionais dos EAU, com exceção do regime estabelecido nas zonas francas ([MADB](#), selecionar *Country: United Arab Emirates* / [Country Overview](#) / *Registration* / *Agency Agreements* / *Investment and Government Procurement* / *Free Trade Zones*).

A importação de alguns bens está sujeita à obtenção de autorização prévia do organismo competente (ex.: bebidas alcoólicas; produtos farmacêuticos; armas e munições; químicos; fertilizantes orgânicos e sementes).

Quanto aos produtos proibidos, a lista inclui, entre outros produtos, pneus usados, alguns brinquedos, sacos não biodegradáveis, determinados aditivos alimentares e publicações contrárias à moral islâmica ([MADB](#), selecionar *Country: United Arab Emirates* / [Country Overview](#) / *Prohibited Imports*).

É, ainda, de referir que a importação de produtos originários de Israel também é proibida ([MADB](#), selecionar *Country: United Arab Emirates* / [Country Overview](#) / *Boycott and Embargo*).

No que respeita às formalidades, para além da documentação comercial habitual (fatura comercial, documentos de transporte, etc.), a cargo do despachante oficial das empresas, existem, igualmente, exigências técnicas e requisitos de qualidade a cumprir por parte de alguns produtos e que os exportadores podem consultar acedendo ao tema [Procedures and Formalities](#) no site [MADB](#)⁷ (disponibilizado pela Comissão Europeia para apoio das empresas comunitárias exportadoras); é

⁷ Os critérios de pesquisa são os seguintes: selecionar o mercado - *Country* / *United Arab Emirates*; introduzir as posições pautais dos produtos - *Product Code* - a 4 ou 6 dígitos e clicar em *Search*.

possível clicar nos *itens* aí referidos para obter informação pormenorizada sobre cada uma das formalidades/documentos, chamando-se especial atenção para o subtema [Country Overview](#), no qual podem ser consultadas variadíssimas matérias, de entre as quais se destacam os procedimentos aduaneiros de importação (nomeadamente relativos a produtos alimentares, assim como industriais), as regras de rotulagem e embalagem e a regulamentação técnica de produtos.

Importa referir, neste contexto, pela sua importância, a denominada Certificação *Halal*: significa "permitido" ou "lícito" em árabe, a qual estabelece que os bens a exportar, sobretudo os produtos alimentares, não podem contrariar os ditames e princípios da lei islâmica, de modo a poderem ser introduzidos no consumo ([MADB](#), seleccionar *Country: United Arab Emirates* / [Country Overview](#) / *Foodstuffs*). Um dos produtos alimentares abrangidos por esta certificação é a carne e produtos cárneos, quanto aos restantes produtos alimentares, a sua identificação depende do seu processo de fabrico e composição, devendo o exportador contactar os organismos encarregues da Certificação *Halal* em Portugal, com a descrição pormenorizada da composição e processo de fabrico do produto, para apurar da necessidade da referida certificação.

Em Portugal, a Certificação *Halal* pode ser efetuada junto das seguintes entidades:

- Comunidade Islâmica de Lisboa (CIL). Contacto – *e-mail*: cil.lisboa@gmail.com; telefone: 213 874 142 – que necessita, para o efeito, de subcontratar os serviços da empresa Inedit Utilization, Lda., que está encarregue de efetuar a inspeção e fiscalização dos bens alimentares a exportar pelos agentes económicos, a respetiva composição e o processo de fabrico, assim como a elaboração do *dossier* administrativo a apresentar à CIL. Deste modo, as empresas portuguesas, quando da exportação destes bens, devem requisitar os serviços da empresa Inedit Utilization, Lda. – Rua Cidade de Moçâmedes, Lote 254, 2.º Esq.º, 1800-194 Lisboa. Contacto: Sr. Paulo Vitorino; *e-mail*: ineditutilization@gmail.com (a utilizar de forma preferencial)⁸.
- [Instituto Halal de Portugal \(IHP\)](#) – contacto: Sr. Vali; *e-mail*: info@halal.org.pt; (no que diz respeito à carne e produtos cárneos este é o único organismo em Portugal que, até à data, consta da lista de entidades acreditadas pelas autoridades dos EAU – [Updated List of Approved halal certifiers and slaughterhouses in the Countries Exporting Red Meats and Poultry Meats to the UAE](#)).

Por regra, toda a documentação diretamente implicada na exportação de produtos para os países árabes terá de ser legalizada pela [Câmara de Comércio e Indústria Árabe-Portuguesa \(CCIAP\)](#); no caso presente dos EAU [terá ainda de ser legalizada](#) pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) português, na [Direção de Serviços de Administração e Proteção Consulares \(SAC\), da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas](#), e pela [Embaixada dos Emiratos Árabes Unidos em Portugal](#). Os interessados podem consultar a respetiva tramitação no [site da CCIAP](#) (documentação de exportação).

⁸ Após ter sido alvo de um ataque de piratas informáticos, em setembro de 2014, o [site da CIL](#) foi provisoriamente desativado.

Ainda no âmbito dos produtos de origem animal (ex.: carnes; lacticínios; ovos) e de produtos de origem vegetal (ex.: plantas; frutas; sementes; e legumes), as empresas portuguesas devem previamente inquirir, respetivamente, junto da [Divisão de Internacionalização e Mercados](#) e [Direção de Serviços de Sanidade Vegetal](#), da [Direção-Geral de Alimentação e Veterinária \(DGAV\)](#) em Portugal, sobre a possibilidade de realizar a exportação dos seus produtos para os EAU. Com efeito, pode não ser possível, desde logo, exportar produtos de origem animal ou vegetal para este mercado pelo facto de Portugal não se encontrar habilitado para a exportação (necessidade de acordo entre os serviços veterinários/fitossanitários de Portugal e país de destino no que se refere ao procedimento e/ou modelo de certificado sanitário/fitossanitário).

As barreiras não tarifárias às exportações do setor agroalimentar podem ser consultadas no [Portal GlobalAgriMar](#) (ver tema “Facilitação da Exportação” e, depois, “[Constrangimentos à Exportação](#)”), do [Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral – GPP](#), do [Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural](#). O facto de determinados produtos não constarem na lista de constrangimentos à exportação não significa que Portugal esteja habilitado a exportar para o mercado. Eventualmente, pode nunca ter existido qualquer intenção de exportação por parte de empresas portuguesas, condição indispensável para a DGAV iniciar o processo de habilitação.

Para melhor entendimento das várias fases destes processos, os interessados podem consultar no referido Portal, a apresentação esquemática sobre os processos de habilitação para a exportação de:

- [Animais, produtos animais e produtos/subprodutos de origem animal](#);
- [Vegetais e produtos vegetais com risco fitossanitário](#).

Por outro lado, é de referir que os EAU adotaram a regulamentação harmonizada do Conselho de Cooperação do Golfo ([Cooperation Council for the Arab States of the Gulf – GCC](#)) para vários produtos, como por exemplo: regime de quarentena para bens agrícolas e de origem animal; fertilizantes e pesticidas; registo de produtos médicos veterinários; rotulagem e etiquetagem para produtos *Hala*, tabaco e brinquedos; manuseamento de produtos químicos; que, em muitos casos, assume carácter obrigatório ([MADB](#), seleccionar *Country: United Arab Emirates / Country Overview / GCC Harmonisation*). Apesar dos países do GCC estarem obrigados a prosseguir uma política de harmonização de regras relativas à normalização técnica de produtos ([GCC – Standardization Organization](#)), cada um, de *per si*, ainda aplica regulamentação própria, que no caso dos EAU pode ser federal ou do próprio Emirato, o que pode gerar alguma confusão quanto às regras a observar ([MADB](#), seleccionar *Country: United Arab Emirates / Country Overview / Standardisation*). Recomenda-se, assim, que os exportadores contactem os respetivos agentes/importadores no mercado para se certificarem das normas exigidas em cada momento.

Neste domínio, a entidade responsável no país é a [Emirates Authority for Standardization and Metrology \(ESMA\)](#). Os interessados podem aceder à lista discriminada dos produtos no *site* da ESMA ([Regulated Products](#)). Também neste *site* é possível consultar as [normas](#), [regulamentações técnicas](#) e [normas internacionais](#) aplicadas nos EAU.

Relativamente aos requisitos de rotulagem e etiquetagem, importa referir que as regras em vigor são rigorosas e estipulam que, salvo poucas exceções, as mercadorias que circulam no espaço comum do GCC devem apresentar a indicação da sua origem de forma estável e irremovível ([MADB](#), seleccionar *Country: United Arab Emirates / Country Overview / Country of Origin Labelling*); para alguns produtos a rotulagem em idioma árabe é obrigatória, sendo aceites as menções bilingues em inglês e árabe. De notar que previamente à importação de produtos alimentares é necessária obtenção de aprovação de rótulos por parte de autoridade responsável no Emirado de destino (ex.: [Dubai Central Laboratory – DCL](#)) a quem cabe, igualmente, efetuar análise dos bens por amostragem. A aprovação do rótulo bem como o registo do produto é efetuado através do [Food Import & Reexport System \(FIRS\)](#) pelo importador de produtos alimentares registado como tal ([MADB](#), seleccionar *Country: United Arab Emirates / Country Overview / Packaging, Marking and Labelling Requirements / Foodstuffs*)

No que respeita aos procedimentos alfandegários e em resultado da União Aduaneira estabelecida pelo Conselho de Cooperação do Golfo ([em vigor a 1 de janeiro de 2003](#)), os EAU adotaram a legislação aduaneira unificada do GCC ([Common Customs Law of the GCC States](#)), nomeadamente, a Pauta Exterior Comum, aplicando uma tarifa aduaneira comum de 5% *ad valorem*, na maioria dos produtos importados de países terceiros, com algumas exceções (por exemplo, o tabaco e as bebidas alcoólicas, que estão sujeitos a uma taxa mais elevada de 100% e 50%, respetivamente). Não existe tributação adicional na importação, como, por exemplo, o IVA ([apesar de estar a ser discutida a introdução deste imposto a 1 de janeiro de 2018 à taxa de 5% e de impostos especiais sobre o consumo para alguns bens na região do Conselho de Cooperação do Golfo](#)).

Os encargos aduaneiros aplicados na importação dos produtos nos EAU podem ser consultados no já referido *site* da [MADB](#), no tema [Tariffs](#), seleccionando o mercado e o produto/código pautal⁹. Clicando no código pautal específico do produto (classificação mais desagregada), os interessados podem confirmar que não existem outras imposições fiscais para além dos direitos de importação (ex.: IVA).

Dadas as diferenças culturais e de mercado e em face da necessidade legal de recorrer a um agente/representante comercial, quando da entrada nos EAU, é aconselhável que os exportadores procurem assistência jurídica específica para a celebração do respetivo contrato de agência (de acordo com a legislação local – [Federal Law n.º 18, de 1981](#), com alterações posteriores; [The UAE Commercial Agency Law; Commercial Agency and Distribution in the UAE](#)), com vista a salvaguardar os seus direitos e a acautelar eventuais dificuldades e complicações que possam surgir no relacionamento entre as partes.

4.2. Regime de Investimento Estrangeiro

Não obstante o enquadramento legal propício ao desenvolvimento económico e um contexto fiscal e laboral favorável à captação de capital externo, especialmente no Emirado do Dubai, importa referir que existem restrições ao nível da propriedade imobiliária, algum excesso burocrático, nomeadamente ao

⁹ Os critérios de pesquisa são os mesmos utilizados para obter os *Procedures and Formalities*.

nível da tramitação de estabelecimento, e o facto do investidor estrangeiro ser objeto de um tratamento diferenciado relativamente ao investidor nacional: apenas as empresas localizadas nas zonas francas, sucursais, escritórios de representação e sociedades civis (*professional firms*), que desempenham atividades não comerciais, podem ser detidas, na sua totalidade, por capital estrangeiro; nas restantes situações, a participação externa não pode ultrapassar os 49%, pelo que deve ser escolhido um parceiro local.

No que se refere às restrições da participação estrangeira cumpre realçar que numa primeira proposta de revisão da lei das sociedades comerciais ([que circulou em abril de 2011](#)) chegou a estar prevista a possibilidade do investidor estrangeiro deter, em pleno (100%), determinado tipo de sociedades/atividades ou, pelo menos, ter uma participação superior a 49%. Contudo, essa norma foi eliminada e não consta da nova lei das sociedades comerciais que [publicada a 31 de março de 2015 \(Federal Law n.º 2 of 2015\)](#), [constando, atualmente, essa flexibilização da proposta de revisão da lei sobre investimento estrangeiro \(UAE still pursuing new foreign investment law\)](#).

Acresce, ainda, e de um modo geral, o facto de os estrangeiros não estarem autorizados a possuir bens de raiz e de todas as propriedades para exploração de negócios terem que ser objeto de arrendamento ([apesar da flexibilização do regime legal que passou a permitir que os cidadãos estrangeiros possam ser proprietários de alojamentos no caso de projetos que estão a ser desenvolvidos ao longo da costa do Dubai](#)), bem como em [zonas de investimento em Abu Dhabi](#), e do caso particular do [Emirado de Sharjah que passou a permitir a aquisição de um direito de usufruto por um período máximo de 100 anos](#)).

Apesar destas limitações, não há qualquer restrição ao [repatriamento de capitais investidos e reinvestidos](#).

Ao nível da estrutura orgânica de apoio o *Department of Economy Development / Dubai Investment Development Agency* no Dubai, e o *Department of Economic Development*, em Abu Dhabi, são as principais entidades responsáveis pela promoção do desenvolvimento económico e pela atração do investimento externo, através da formulação de políticas específicas de incentivo.

Nos restantes Emirados os programas de apoio são estabelecidos pelas autoridades responsáveis pela gestão das zonas francas respetivas. De referir ainda o papel essencial das [câmaras de comércio](#) que, de um modo geral, disponibilizam também ajuda aos promotores externos: informação sobre o mercado; assistência na tramitação para constituição e registo de empresas; contactos; etc.

Os procedimentos legais inerentes ao estabelecimento de empresas dependem da natureza da atividade, tipo de envolvimento pretendido e do Emirado de localização.

Nos EAU o investimento estrangeiro reveste, normalmente, uma das seguintes formas: constituição de uma sociedade de responsabilidade limitada; abertura de sucursal ou de escritório de representação;

constituição de uma empresa ou estabelecimento de uma sucursal numa Zona Franca; criação de sociedades civis / *professional firms* e em nome individual; e celebração de contrato de *franchising*.

Na criação de novas empresas, a forma mais comumente utilizada pelos investidores estrangeiros é a sociedade de responsabilidade limitada (*limited liability company*). Esta forma societária pode ser constituída por um único membro, [segundo a nova lei das sociedades comerciais](#) e, no máximo, por 50 membros, desde que, como já foi referido, 51% do capital da empresa pertença a nacionais.

Segundo informação disponibilizada no [Doing Business in UAE](#), do *World Bank Group*, [a abertura de uma empresa nos EAU demora cerca de 8 dias](#).

Para a abertura de sucursais ou de escritórios de representação, entre outras formalidades, as empresas estrangeiras devem nomear um agente local e obter uma licença de funcionamento junto do Ministério da Economia e efetuar o registo comercial no Departamento Económico. Caso se opte pela criação de uma sociedade ou abertura de uma sucursal fora das zonas francas, é obrigatória a inscrição na [Câmara de Comércio e Indústria onde o negócio foi licenciado](#) (nos EAU as Câmara de Comércio são entidades governamentais).

Já as sociedades civis / *professional firms* (certas atividades artesanais e/ou profissionais que não pratiquem diretamente atividade comercial, tais como, advocacia, auditoria, consultoria, serviços técnicos, medicina e serviços educacionais), conforme já referido, podem deter 100% de capital estrangeiro, desde que nomeando um agente local.

Por sua vez, as [Zonas Francas](#) possibilitam que o investidor estrangeiro se estabeleça através da constituição de empresas (sociedades comerciais) com capital 100% estrangeiro. Ao contrário das outras formas de estabelecimento nos EAU, as empresas nas zonas francas não necessitam de um agente ou parceiro nacional. Porém, se uma empresa estrangeira localizada numa zona franca pretender vender produtos no mercado dos EAU só o pode fazer através de um distribuidor ou agente licenciado.

De referir, também, a crescente e cada vez mais consolidada presença de *franchising* no investimento estrangeiro nos EAU. A esta modalidade contratual, que não está sujeita a legislação específica, aplica-se a lei geral dos contratos comerciais e exige-se a nomeação obrigatória de um parceiro local.

É, ainda, de destacar que, a 1 de julho de 2015 entrou em vigor a nova lei das sociedades comerciais ([Federal Law n.º 2 of 2015](#)). As principais novidades incluídas no novo diploma legal podem ser consultadas nos seguintes artigos:

- [United Arab Emirates: The UAE Commercial Companies Law In Focus](#), de abril de 2016, da autoria da *Clyde & Co LLP*;
- [UAE Companies Law: Compulsory changes required to memoranda and articles by June 2016](#), de novembro de 2015, da autoria da *PWC*;

- [The UAE Commercial Companies Law – a new era](#), de maio de 2015, da autoria da *Simmons & Simmons*;
- [UAE Issues New More Flexible 2015 Commercial Companies Law](#), de abril de 2015, da autoria da *Latham & Watkins LPP*;
- [The New UAE Commercial Companies Law](#), de abril de 2015, da autoria da *Allen & Overy*

No que diz respeito à propriedade industrial, e no que se refere à proteção conferida às patentes nos EAU, os interessados podem consultar o seguinte artigo da *International Comparative Legal Guides: United Arab Emirates – Patents 2016*. Já no que diz respeito a marcas os interessados podem consultar o artigo relativo aos EAU no *World Trademark Review Yearbook 2016/2017*.

É, ainda, de referir que toda a documentação solicitada para a realização do investimento estrangeiro nos EAU (exemplo: Registo Comercial e Estatutos da sociedade portuguesa) tem de ser legalizada pela [Câmara de Comércio e Indústria Árabe-Portuguesa \(CCIAP\)](#), pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) português, através da [Direção de Serviços de Administração e Proteção Consulares \(SAC\)](#), da [Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas e, eventualmente, pela Embaixada dos Emiratos Árabes Unidos em Portugal](#). Os interessados podem consultar a respetiva tramitação no [site da CCIAP](#) (documentação de não exportação).

O estabelecimento nas Zonas Francas constitui o principal incentivo disponível. As empresas aí localizadas beneficiam de isenções tarifárias sobre as importações e exportações, isenção de pagamento do imposto sobre o rendimento (apenas para as sociedades que estão sujeitas a tributação – as que exercem atividade nos seguintes setores: bancos; gás e petróleo), facilidades no processo de tramitação relativa à obtenção de licenciamento, apoio no recrutamento de trabalhadores e no acesso a determinados serviços (ex.: energia a custos reduzidos); utilização de infraestruturas modernas; e obtenção de financiamento.

Nos últimos anos as [zonas francas](#) têm proliferado nos EAU de tal forma que se procede a uma especialização sectorial entre elas; a [zona franca de Jebel Ali](#), no Dubai, é a mais proeminente (tanto pela dimensão, como pelo número de empresas aí estabelecidas).

Para informações mais detalhadas sobre o desenvolvimento de negócios nos EAU (incluindo informações sobre o sistema laboral e fiscal) os interessados podem consultar as seguintes publicações disponíveis na *Internet*:

- [Doing Business in the United Arab Emirates](#), March 2016 (*Baker & McKenzie*);
- [Doing Business in the United Arab Emirates](#), 2016 (*Squire Patton Boggs LLP*);
- [Doing Business in the United Arab Emirates](#), December 2015 (*Bashir Ahmed and Saurbh Kothari, Afridi & Angell*);
- [Doing Business As A Female Entrepreneur In The United Arab Emirates](#), November 2014 (*Josh Steimle*).

Por forma a promover e a reforçar as relações bilaterais, foram celebrados os seguintes acordos/convenções entre Portugal e os EAU:

- [Acordo de Cooperação Económica](#) (em vigor desde 14 de abril de 2014);
- [Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento](#) (em vigor desde 22 de maio de 2012);
- [Acordo sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos](#) (em vigor desde 4 de julho de 2012).

A aicep Portugal Global teve conhecimento da existência de alguns constrangimentos na aplicação da Convenção para Evitar a Dupla Tributação pelo facto das autoridades dos EAU se recusarem a certificar o formulário português exigido pela nossa administração fiscal (MOD. 21-RFI). No entanto, para evitar estas situações, o [Orçamento de Estado para 2014](#) (artigo 180.º que altera o artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 42/91, de 22 de janeiro) prevê, em alternativa, a apresentação do referido formulário não certificado pelas autoridades fiscais estrangeiras desde que acompanhado por um documento emitido por essas autoridades que ateste a residência e a sujeição a imposto sobre o rendimento nesse Estado.

Quanto às questões práticas relativas à operacionalidade da Convenção, o contacto a estabelecer pelas empresas, em Portugal, é a Direção de Serviços das Relações Internacionais (DSRI), da [Autoridade Tributária e Aduaneira](#).

Por último, no que se refere ao novo quadro de apoio comunitário [Portugal 2020](#), o mesmo assenta em [quatro eixos temáticos essenciais: competitividade e internacionalização](#); inclusão social e emprego; capital humano; e sustentabilidade e eficiência no uso de recursos.

No âmbito dos apoios diretos à internacionalização das PME são apoiadas operações nas seguintes tipologias de ação:

- Projetos conjuntos que promovam a presença internacional com sucesso das PME: ações de promoção e *marketing* internacional e ações que visem o conhecimento e acesso a novos mercados, incluindo a utilização de canais digitais e privilegiando os mercados/segmentos não tradicionais. Esta tipologia de projetos permite que as empresas se capacitem para a internacionalização, pelo que os principais beneficiários são as empresas diretamente participantes;
- Projetos individuais: ações que visem o conhecimento e a prospeção dos mercados;
- Projetos simplificados de internacionalização: apoio à aquisição de serviços de consultoria na área de prospeção de mercado.

No seu processo de internacionalização as empresas podem, também, recorrer ao [Seguro de Investimento Português no Estrangeiro da COSEC \(Formas de Realização de Investimento / Riscos e Coberturas\)](#).

Para mais informação sobre o mercado dos Emirados Árabes Unidos consulte o [site da aicep Portugal Global](#).

5. Informações Úteis

Formalidades na entrada

Os cidadãos portugueses que desejam visitar os Emirados Árabes Unidos, como turistas ou em viagem de negócios, não necessitam de visto de entrada. Contudo, deverão ter o passaporte, com validade de três meses para além do período de permanência no país. O tempo de permanência concedido é, desde 2015, de 90 dias, podendo estes serem utilizados intercaladamente num período de 180 dias.

Quem deseje, ou tenha necessidade de permanecer nos EAU por um período superior a 90 dias, necessitará de um visto de residente temporário.

Hora Local

UTC mais quatro horas. Em relação a Portugal, os EAU têm mais quatro horas no horário de inverno e mais três horas no horário de verão

Horários de Funcionamento

Serviços Públicos:

Das 8h00 às 17h00 (de domingo a quinta-feira)

Encerram uma hora para almoço.

Bancos:

Das 9h00 às 15h00 (domingo a quinta-feira)

Muitos bancos abrem ao sábado.

Comércio:

O horário normal das lojas é das 9h00 às 13h00 e das 16h00 às 21h00 (todos os dias, exceto sexta-feira). Contudo, grande parte das lojas, em particular nos grandes centros (Dubai, Abu Dhabi e outros), ficam abertas todo o dia. A maior parte dos centros comerciais abrem das 10h00 às 22h00 e frequentemente até às 23h00 ou 24h00. Alguns supermercados e minimercados permanecem abertos 24 horas por dia. Os centros comerciais e a maior parte das lojas abrem à sexta-feira, o dia de descanso islâmico, mas por vezes podem fechar para as orações Juma, das 11h30 às 13h30.

Em Ras al-Khaimah, todas as lojas encerram obrigatoriamente nas horas de oração.

Farmácias:

O horário normal de funcionamento é das 8h30 às 22h30. Cada emirado tem, pelo menos, uma farmácia aberta 24 horas por dia.

Algumas empresas privadas mais pequenas só fecham à sexta-feira. Os departamentos governamentais abrem às 7h30 e fecham às 14h30, o que não se verifica com os serviços abertos ao público que têm um horário mais alargado (8h00-17h00). Os escritórios privados tendem a permanecer abertos por mais horas, voltando muitos dos funcionários ao trabalho ao fim da tarde, depois de uma pausa prolongada ao meio do dia, enquanto outros abrem das 8h00 às 17h00.

Durante o Ramadão, a maior parte do trabalho é realizado nas primeiras horas da manhã ou muito mais tarde, à noite, depois de quebrar o jejum do dia (ao pôr do sol).

Feriados

Fixos

- 1 de janeiro – Dia de Ano Novo
- 6 de agosto – Subida ao trono do *Sheikh Za*
- 2 de dezembro – Dia Nacional dos EAU

Móveis (datas aproximadas de 2016¹⁰):

- Al Isra'a Wal Mi'raj – Dia da Ascensão (5 de maio)
- Início do Ramadão (6 de junho)
- Eid Al Fitr (7 de julho)
- Arafat (Haj) Day (10 de setembro)
- Eid-Al-Adha ou Grande Bairam ou Aid ou Tabaski ou Id-UI-Zuha (Bakrid) (11 de setembro)
- Dia de Ano Novo Islâmico (2 de outubro)
- Dia dos Mártires (30 de novembro)
- Aniversário do Profeta – Eid-Milad Nnabi (12 de dezembro)

Quando um feriado público ocorre durante o fim de semana, o feriado é gozado normalmente no início da semana de trabalho seguinte.

O número de dias atribuídos ao setor governamental e ao setor privado é, habitualmente, diferente.

Corrente Elétrica

A corrente elétrica é de 220 volts AC, 50 Hz.

¹⁰ As datas para os feriados religiosos islâmicos são aproximadas, já que não são anunciadas até cerca de um dia antes das mesmas.

É recomendável munir-se de um transformador portátil de corrente, bem como de adaptadores para as fichas/tomadas elétricas. Ambos são fáceis de adquirir localmente, estando à venda na grande maioria dos centros comerciais (em lojas da especialidade e em supermercados). Por vezes, poderá ser possível requisitar os aparelhos nas receções dos hotéis.

Pesos e Medidas

Os EAU usam oficialmente o sistema métrico, contudo por vezes é possível encontrar o sistema americano de pesos e medidas (polegadas, pés, milhas; libras e onças).

6. Contactos Úteis

Em Portugal

Embaixada dos Emirados Árabes Unidos em Portugal

Praça Príncipe Real, 15, 16 e 17

1250-184 Lisboa

Tel.: +351 213 110 000 | Fax: +351 213 230 000

E-mail: Lisbon@mofa.gov.ae | <http://www.uae-embassy.ae/embassies/pt>

aicep Portugal Global

Rua Júlio Dinis, 748, 8º Dto

4050-012 Porto

Tel.: +351 226 055 300

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

(Atendimento Comercial no 9º andar)

aicep Portugal Global

Av. 5 de Outubro, 101

1050-051 Lisboa

Tel.: +351 217 909 500

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

(Legalização de Documentos)

Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas

Direção de Serviços de Administração e Proteção Consulares (SAC)

Avenida Infante Santo nº 42 1º e 5º

1350-179 Lisboa

Tel.: +351 217 929 757/59; 217 929 700 | Fax: +351 217 929 701

E-mail: secretariado.dgaccp@mne.pt

Gabinete de Atendimento ao Público
Largo das Necessidades nº 42
1350-215 Lisboa
Tel: +351 217 929 761

Câmara de Comércio e Indústria Árabe Portuguesa
Avenida Fontes Pereira de Melo,
nº 19 - 8º Dto.
1050-116 Lisboa - Portugal
Tel: +351 213 138 100 | Fax: +351 213 138 109
E-mail: info@cciap.pt | <http://www.cciap.pt/>

COSEC - Companhia de Seguro de Créditos, S.A.
Direção Internacional
Av. da República, 58
1069-057 Lisboa
Tel.: +351 217 913 700 | Fax: +351 217 913 720
E-mail: internacional@cosec.pt | <http://www.cosec.pt>

Autoridade Tributária e Aduaneira
Rua da Alfândega, nº 5, r/c
1149-006 Lisboa
Tel.: +351 218 813 700 | Linha Azul: +351 218 813 818
<https://aduaneiro.portaldasfinancas.gov.pt/jsp/main.jsp>

Comunidade Islâmica de Lisboa (CIL)
(Certificação Halal)
Rua da Mesquita n.º 2
1007-238 Lisboa
Tel.: 213 874142; Telemóvel: 935 208 092
E-mail: cil.lisboa@gmail.com
Que, para o efeito, subcontratou os serviços da empresa Inedit Utilization, Lda.
Rua Cidade de Moçâmedes,
Lote 254, 2º Esq.º,
1800-194 Lisboa
Contacto: Sr. Paulo Vitorino
Telemóvel: +351 933 603 015
E-mail: ineditutilization@gmail.com

Instituto Halal de Portugal (IHP)
(Certificação Halal)
Av. Vila Amélia, Lote 171/172
2950-805 Quinta do Anjo
Palmela
Contacto: Sr. Vali
Telemóvel: + 351 937 860 786; 934 126 366
E-mail: info@halal.pt | <http://halal.pt/>

Nos Emirados Árabes Unidos

Embaixada de Portugal nos Emirados Árabes Unidos
Marina Park Office, Villa A42
P.O. Box 114587
Abu Dhabi - United Arab Emirates
Tel.: +971 2 650 55 41
E-mail: mail@abudhabi.dgaccp.pt | abudhabi@mne.pt | <http://www.embportugal-uae.com>

aicep Portugal Global - Abu Dhabi
Embaixada de Portugal em Abu Dhabi
Marina Park Office Compound
Villa A42
P.O. Box 114587
Abu Dhabi - United Arab Emirates
Tel.: +971 2 650 55 41 | Fax: +971 2 650 55 32

Abu Dhabi Chamber of Commerce and Industry
Main Building of Abu Dhabi Chamber, Corniche Road
P.O. Box 662
Abu Dhabi - United Arab Emirates
Tel.: +971 2 621 40 00 | Fax: +971 2 621 58 67
E-mail: contact.us@adcci.gov.ae | <http://www.abudhabichamber.ae/English/Pages/Default.aspx>

Dubai Chamber of Commerce & Industry
Baniyas Road, Deira
P.O. Box 1457
Dubai - United Arab Emirates
Tel.: +971 4 228 00 00 | Fax: +971 4 202 88 88
E-mail: info.dataresearch@dubaichamber.com | <http://www.dubaichamber.com/>

Federation of UAE Chambers of Commerce & Industry
P.O. Box 3014
Abu Dhabi - United Arab Emirates
Tel.: +971 2 621 41 44 | Fax: +971 2 633 92 10
E-mail: info@fccuae.ae | <http://www.fccuae.ae/>

Dubai Foreign Direct Investment
Business Village
Block A, 9th floor (near Clock Tower)
Dubai - United Arab Emirates
Tel.: +971 4 445 59 02 / +971 4 445 59 60 | Fax: +971 4 445 59 40
E-mail: info.fdi@fdidubai.gov.ae | <http://www.dubaifdi.gov.ae>

Abu Dhabi Tourism & Culture Authority
Nation Towers Corniche,
Building B
P.O. Box 94000
Abu Dhabi - United Arab Emirates
Tel.: +971 2 666 44 42 | Fax: + 971 2 599 57 20
E-mail: info@tcaabudhabi.ae | <http://tcaabudhabi.ae/en>

7. Endereços de Internet

A informação *online* aicep Portugal Global pode ser consultada no *site* da Agência, nomeadamente, nas seguintes páginas:

- [Guia do Exportador](#)
- [Guia de Internacionalização](#)
- [Apoios Financeiros à Internacionalização](#)
- [Temas de Comércio Internacional](#)
- [Mercados Externos \(Emiratos Árabes Unidos\)](#)
- [Livraria Digital](#)

Outros endereços:

- [About United Arab Emirates](#)

- [Abu Dhabi Chamber](#)
- [Abu Dhabi City Municipality – Tenders and Auctions \(concursos públicos\)](#)
- [Abu Dhabi Tourism & Culture Authority](#)
- [AMEinfo \(Middle East Business & Financial News\)](#)
- [Arab Bank for Economic Development in Africa \(BADEA\)](#)
- [Arab Fund for Economic & Social Development \(AFESD\)](#)
- [Arab Monetary Fund \(AMF\)](#)
- [Bank for International Settlements \(BIS\)](#)
- [Câmara de Comércio e Indústria Árabe Portuguesa \(tradução/legalização de documentos\)](#)
- [Central Bank of the U.A.E.](#)
- [Cooperation Council for the Arab States of the Gulf \(GCC\)](#)
- [Delegation of the European Union to the United Arab Emirates](#)
- [Direção-Geral de Alimentação e Veterinária \(DGAV\) / Direções de Serviços de Alimentação e Veterinária Regionais \(DSAVR\)](#)
- [Doing Business in United Arab Emirates 2016 / Doing Business in United Arab Emirates – Starting a Business 2015 / Doing Business in United Arab Emirates – Business Reforms 2016 / Trading Across Borders in United Arab Emirates 2015 / Law Library \(Doing Business Project – World Bank Group\)](#)
- [Dubai Central Laboratory \(DCL\)](#)
- [Dubai Chamber](#)
- [Dubai Customs](#)
- [Dubai Corporation of Tourism and Commerce Marketing](#)
- [Dubai Financial Services Authority \(DFSA\)](#)
- [Dubai Investment Development Agency \(part of the Department of Economic Development in Dubai\)](#)

- [Dubai International Financial Centre \(DIFC\) – Law & Regulations](#)
- [Dubai Investment Development Agency \(part of the Department of Economic Development in Dubai\)](#)
- [Dubai Trade](#)
- [Economic Zones World \(Jafza, National Industries Park e Dubai Auto Zone\)](#)
- [Embaixada de Portugal nos Emiratos Árabes Unidos](#)
- [Embaixada dos Emirados Árabes Unidos em Lisboa](#)
- [Emirates Authority for Standardization and Metrology \(ESMA\)](#)
- [European External Action Service \(EEAS\) – Relations between the Gulf Cooperation Council \(GCC\) and the EU / Trade Relations](#)
- [Federal Customs Authority](#)
- [GCC Standardization Organization \(GSO\)](#)
- [Grande Zone Árabe de Livre Echange \(GZALE\)](#)
- [Guia Prático – Destacamento de Trabalhadores de Portugal para Outros Países \(Instituto da Segurança Social\)](#)
- [Instituto *Halal* de Portugal](#)
- [Islamic Development Bank \(IDB\)](#)
- [League of Arab States \(LEA\)](#)
- [Market Access Database \(tariffs; procedures and formalities; trade barriers; etc.\)](#)
- [Ministry of Economy](#)
- [Ministry of Energy](#)
- [Ministry of Climate Change and Environment](#)
- [Ministry of Finance](#)
- [Ministry of Foreign Affairs and International Cooperation](#)

- [Ministry of Health and Prevention](#)
- [Ministry of Justice – Legislations Portal](#)
- [Ministry of Labour](#)
- [Ministry of Community Development](#)
- [National Bank of Abu Dhabi](#)
- [Novo Quadro de Apoio Portugal 2020 / Programa Operacional Competitividade e Internacionalização \(Compete 2020\)](#)
- [Organization of the Petroleum Exporting Countries \(OPEC\)](#)
- [Official Portal Abu Dhabi Government](#)
- [Official Portal Dubai Government](#)
- [Official Portal Ras Al Kaimah Government](#)
- [Official Portal Sharjah Government](#)
- [Official Portal UAE Government](#)
- [Organization of Arab Petroleum Exporting Countries \(OAPEC\)](#)
- [Portal das Comunidades Portuguesas / Trabalhar no Estrangeiro \(Emiratos Árabes Unidos\) / Conselhos aos Viajantes \(Emiratos Árabes Unidos\)](#)
- [Portal GlobalAgriMar / Constrangimentos à Exportação, Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral \(GPP\) / Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural](#)
- [Segurança Social \(Destacamento de Trabalhadores para Países com os quais não foram celebrados Acordos Bilaterais / Convenções, como é o caso dos Emiratos Árabes Unidos\)](#)
- [Seguro de Investimento Português no Estrangeiro da COSEC / Formas de Realização de Investimento / Riscos e Coberturas / Contactos](#)
- [Telecommunications Regulatory Authority \(TRA\)](#)
- [The National Human Resource Development & Employment Authority](#)

- [UAE Free Zones](#)
- [UAE Interact](#)
- [United Nations \(UN\) / Funds, Programmes, Specialized Agencies and Others](#)
- [World Trade Organization \(WTO\)](#)
- [ZonesCorp, the largest operator of purpose-built Economic zones \(ABU Dhabi\)](#)